



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: ELISEU GABRIEL

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 06-06-19

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Boa noite a todos e a todas. Presidindo a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, declaro abertos os trabalhos da terceira audiência pública do ano de 2019.

Informo que este evento está sendo transmitido pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br, *link* Auditórios Online. Essa é a página principal da Câmara Municipal, embaixo há vários *links*, sendo um deles o Auditórios Online. Entrando nesse *link*, abrem cinco salas, basta acessar a Sala Oscar Pedroso Horta, onde se pode assistir à audiência ao vivo.

Esta audiência pública foi convocada para tratar do PL 376/2016, de autoria dos Vereadores Nabil Bonduki e Toninho Vespoli, que dispõe sobre a instituição do programa São Paulo, Cidade da Música, e dá outras providências.

Para compor a Mesa, convido a Sra. Inti Queiroz e os Srs. Pena Schmidt e Maurício Garcia, representando, o Secretário Municipal de Cultura Alê Youssef.

A ideia é que o Pena fale por dez minutos e depois a Inti. E após uma introdução, o Maurício, representando o Secretário. É uma fala rápida, dez minutos cada um. Quando o Pena começar, quem quiser pode se inscrever para falar.

Vamos introduzir o assunto com o Pena.

O SR. PENA SCHMIDT - Boa noite a todos. Eu queria fazer um pequeno histórico: em 2010/2011, durante esses dois anos, montamos um grupo, que se reunia uma vez por mês, para falar de assuntos da música na cidade de São Paulo. Passaram 250 pessoas por essas reuniões, entre músicos, produtores culturais, gente do Brasil todo participou dessas reuniões, gente de todas as atividades da música na cidade de São Paulo, assim como donos de estúdios, donos de gravadoras, artistas da periferia, artistas de grandes sucessos, artistas iniciantes, compositores, enfim, todas as facetas da música - eu julgo - que estiveram representadas nessas discussões.

A ideia principal era de que se levantassem pontos para que se começasse a entender em que direção a música na cidade de São Paulo deveria ser fomentada. Qual

recado iríamos passar aos órgãos de Governo no sentido de fomentar, de auxiliar a música, de ajudar a música se organizar.

Dessas reuniões saiu uma pauta que nos ajudou muito a estabelecer um rumo, e o norte por onde nós achamos que deveríamos trabalhar com mais afinco era que fosse estabelecida uma lei. Se houvesse uma lei que tratasse a música da cidade de São Paulo, uma lei sobre a música que ajudasse a se ter um olhar oficial sobre a música para o Governo da cidade de São Paulo, isso seria a melhor das providências que poderíamos esperar. A partir de se organizar uma lei, poderíamos ter um chão institucional para falar de música com o Governo. Basicamente era isso.

Tirou-se uma série de pontos que poderiam ajudar a constituir essa lei, todas as demandas da música foram sendo reunidas, anotando-se tudo e começou-se uma discussão que foi se ampliando e saiu desse primeiro grupo inicial. Foi feita uma reunião com o Secretário de Cultura Nabil, ele era Vereador e tinha esse conceito da lei bem claro, de como isso seria benéfico para a música, como já tinha sido para dança e para o teatro na Cidade. E ele nos incentivou a continuar essa conversa, que foi se ampliando, com grandes grupos representativos de música, da música instrumental, e o grupo se chamava Rejunte, enfim, de centenas de músicos, basicamente do choro, um número muito grande de pessoas ligadas à música participou dessas discussões preliminares para se criar o conteúdo dessa lei.

Foram feitas duas audiências públicas com a presença de mais de cem, 200 músicos, ambas no Centro Cultural São Paulo, com a presença do Secretário de Cultura, em que se discutiu horas e horas sobre esses conteúdos, pois já havia se preparado uma espécie de pauta inicial da lei.

Em seguida dessas reuniões, eu participei de reuniões menores com representantes de diferentes correntes da música para tentar fazer uma espécie de relatoria, juntar todas as expectativas e canalizá-las no que foi uma minuta preparada para que fosse feita, exatamente, a redação da lei. O então Secretário Nabil Bonduki participou desse processo que finalizou na redação desse PL, que está sendo discutido hoje. Ele já foi aprovado

em reuniões das Comissões, na Câmara, já foi votado e agora aguarda uma segunda votação e a aprovação do Prefeito.

Se alguém tiver alguma dúvida, estou disposto a esclarecer. O princípio, enfim, essa é uma lei que partiu da sociedade civil, nasceu dentro da discussão do segmento da música, ao longo de muito tempo, e espera contemplar todos os setores que foram devidamente mapeados.

Como ainda tenho algum tempo, quero aproveitar. Algumas considerações eu acho importantes de serem trazidas. A primeira é a constatação de como é importante a música dentro da vida econômica da Cidade. A música é um vetor econômico muito importante. Os últimos números falam do sucesso financeiro; de como a Virada Cultural, que é um evento especialmente musical, o quanto isso contribui para a Cidade. A música não se resume aos cachês ou à despesa direta aplicada aos participantes da apresentação musical. Ela envolve a plateia, a sua alimentação, a sua hospedagem e o seu transporte. Toda a movimentação logística em torno de um grande evento deve ser acoplada à economia da música.

Em outras cidades do mundo já foram feitas pesquisas, relatórios, e já está suficientemente claro o papel da música como vetor econômico numa Cidade especialmente grande como São Paulo.

A música, das atividades artísticas, é a que tem maior público, maior frequência e a mais dinâmica, a que envolve eventos de natureza menor, pequenos espetáculos, um músico na rua pode resolver a sua vida naquele instante com as contribuições do público passante, resolver seu orçamento diário ou semanal. Mas a música cresce a partir de um músico tocando na rua, passa por pequenas casas onde há apresentações musicais.

Em São Paulo, um levantamento da Ambev fala em cerca de 4 mil palcos onde existem apresentações de música ao vivo, porque eles fazem a distribuição da cerveja. Esses lugares onde é vendida a cerveja, uma boa parte deles tem espaço para apresentação musical. Então, são 4 mil espaços de participação profissional para o músico, que são, geralmente, remunerados, com pequeno ciclo econômico que faz se mover a roda da economia.

Daí, passamos para lugares um pouquinho mais profissionais, existe, pelo menos, uma centena de lugares com capacidade para mais de cem pessoas na plateia, onde se desenvolve a música num nível profissional um pouco mais alto até chegarmos nos grandes lugares, como a Arena do Palmeiras, onde cabe 40 mil pessoas, onde tem havido, cada vez mais, uma frequência de grandes espetáculos musicais. Tudo isso é a economia da música girando.

A gente ainda tem que falar disso com escolas de música e todo o mercado de instrumentos musicais, os grandes eventos da indústria e comércio dos instrumentos musicais, enfim.

A economia da música é extremamente larga, abrangente, dura o ano inteiro. Vamos lembrar que o carnaval é de natureza musical também. Vamos lembrar que a maioria das igrejas e religiões faz uso da música. A grande escola dos instrumentistas no Brasil, especialmente, na cidade de São Paulo são os conjuntos musicais que se apresentam nas igrejas e que são obrigados a terem aulas e formação, por isso, formam instrumentistas.

Estamos falando de uma atividade muito grande e extremamente importante, e, por estar tão dissolvida em tantas atividades diferentes, não consegue ser vista como uma coisa só. Estamos falando, numa mesma conversa, do carnaval e das igrejas, como uma atividade. Estamos falando de toda a indústria e comércio de instrumentos musicais: a Rua Teodoro Sampaio e a própria Santa Efigênia têm seu movimento pelas lojas de instrumentos musicais. A quantidade de escolas de música que existem na cidade de São Paulo, a quantidade de lugares com música ao vivo onde se toma cerveja.

Tudo isso acontecendo, e nós não temos uma infraestrutura legal, não temos uma forma de aproximação entre a música e o governo de forma organizada.

Esta lei não pretende resolver, de uma forma definitiva, essa situação, esse problema, esse pequeno percalço que temos da falta de organização da música como um todo. Não há nada que junte tudo isso. Mas é o ponto de partida para que a gente entenda que a relação entre a cidade de São Paulo e a música não pode ser, simplesmente, a maior

contratante de shows do mundo. Fizemos um pequeno cálculo há dois ou três anos que nos mostrou que a cidade de São Paulo deve contratar de 10 a 15 mil apresentações musicais por ano. Alguém fez a conta de 1.200 só na Virada. Se levarmos em consideração todos os centros culturais, os diferentes pontos em que Secretaria de Cultura tem que apresentar algum tipo de programação cultural e, geralmente, isso tem a ver com música, faz sentido esse número de 10 a 15 mil apresentações musicais por ano sendo contratadas pela Prefeitura.

É uma grande participação, mas a gente tem que entender que é necessário que se ande além da simples contratação. A Lei quer que a Secretaria de Cultura comece a encarar a música em sete eixos diferentes, um deles tem a ver com as apresentações ao vivo. Gostaria de falar um pouco mais sobre esses sete eixos e sobre a natureza da lei ser um pouco mais abrangente do que a simples contratação de espetáculos musicais.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Então, agora, vamos escutar a Inti.

A SRA. INTI QUEIROZ – Boa noite a todas e todos. Que bom estamos aqui, finalmente, depois de dois anos; passamos por um processo em 2016, por aprovar essa lei, chegamos a aprovar, por consenso, na primeira votação, porque é um projeto que os próprios Vereadores acolheram muito bem e, agora, chegou a hora, já que a gente tem uma Secretaria que está disposta a dialogar, bem como o Prefeito que está apostando na cultura. Acho que é o momento, até porque depois de uma Virada que foi um sucesso, acho que é uma mostra que a música em São Paulo precisa, apesar desses números maravilhosos que o Pena trouxe a gente sabe que não é tudo tão maravilhoso assim. Temos casas noturnas fechando na Cidade, por falta de recursos e dinheiro para bancar uma vedação acústica melhor, causando problemas com vizinhança por causa disso. A gente viu várias casas na Cidade, e eu entrei nesse Movimento Cidade da Música a partir do Rejunte, eu sou da música instrumental, então, venho com essa leva do Rejunte que não era só do chorinho, mas tinha até emo, os Fresno também estavam com a gente, então, tinha gente de vários estilos possíveis, nas várias reuniões que a gente fez, até o Haddad chegou a ir a algumas reuniões, ele como músico, não só como Prefeito.

As dificuldades que os músicos da Cidade têm vivido, principalmente, por conta da diminuição de shows e cachês nos Sescs – e nem todos os artistas conseguem, é o que a gente chama de artistas Sesc, aqueles que conseguem entrar nesse nicho.

Quando a gente pensou nesse projeto de lei – e foram muitas reuniões para chegarmos nesse texto, não é, Pena? – pensou-se em algumas questões: primeiro a diversidade musical. Temos outros editais que aconteceram de música, por exemplo, Proac Música, ou mesmo, editais da Funarte, muito voltados a um ou dois estilos de música, no máximo. Ou emplacavam aquele jazz brasileiro ou choro, mas, raramente, passavam disso. Então, outros estilos musicais: forró, rock, eletrônico, rap, reggae, nunca estavam contemplados.

Outra questão é a descentralização. A cidade de São Paulo hoje tem uma produção musical gigantesca na periferia que está sobrevivendo de nada, de conseguir pagar conta com o dinheiro que entra no bar, no máximo. E é muito complicado, porque a música é um trabalho para muita gente. Como continuar alimentando esse grande mundo, essa grande economia da música na cidade de São Paulo se os músicos não estão conseguindo trabalhar com música e acabam transformando música num *hobby* de final de semana? Trabalham no banco a semana inteira e no final de semana tocam com sua banda. Isso é um problema. Nós pensamos a lei justamente para tentar tapar e resolver algumas questões que poderiam dar um impulso para melhorar isso.

Falando dos eixos, o primeiro eixo é o São Paulo Música e Criação, pensando em criação e produção. Seria relativo ao fomento ao teatro, fomento à dança, por exemplo; seria o nosso fomento à música, só o nosso primeiro eixo. Aí poderia entrar uma série de questões, desde gravar um disco, fazer uma temporada em São Paulo em algum espaço, ou mesmo música experimental, criar uma instalação sonora. É um eixo muito amplo que pode ir desde música erudita, composições, porque tem obras que demoram meses para serem compostas por muitas pessoas, e é um trabalho que não tem remuneração, não tem como ser remunerado. Como vai haver grandes compositores hoje, principalmente da galera mais nova,

o pessoal da EMESP que está aqui presente, que deve estar pensando nisso? Como fomentar essa nova geração de músicos que estuda música dia e noite, se não tem dinheiro?

O eixo dois, música ao vivo, é justamente para fomentar espaços que não estão conseguindo sobreviver de música. Isso vem muito da demanda do P10, que era um coletivo de dez casas de São Paulo, inclusive, dessas dez casas, mais da metade já fechou justamente porque... Eram casas importantes da Cidade que tinham uma programação musical regular, principalmente de bandas e artistas autorais e que infelizmente, das dez, se não me engano sete fecharam em dois anos, não existem mais. Isso é um reflexo da necessidade desse eixo que pode ser um apoio tanto para o caso, por exemplo, da infraestrutura, seja para bancar uma vedação acústica, seja para trocar o equipamento, um PA básico que seja. A gente sabe que um PA não dura mais que dois, três anos, então precisa trocar e é caro. Ou seja, por exemplo, para ajudar a bancar uma programação mais regular, porque tem artista que tem mais público, mas tem artista que não tem tanto público, e as casas precisam de fôlego de dinheiro para conseguir inclusive pagar cachês melhores. Tem muita casa aí que paga uma cerveja de cachê e - espera aí – é trabalho. Ninguém trabalha para ganhar uma cerveja só.

O eixo três é o eixo música de rua e foi um dos eixos mais caros a nós, quando escrevemos a lei pensando justamente, primeiro, na vocação de São Paulo como uma cidade cosmopolita, onde gente do mundo inteiro está pelas ruas. Não é à toa que a Av. Paulista hoje virou essa vitrine de música, não apenas aos domingos a gente vê músicos tocando nas ruas, e é maravilhoso, porque são músicos de todos os estilos, de todos os tamanhos, de todos os tipos. É uma discussão importante justamente por causa do último acontecimento que teve, com aquele público, que teve multa etc., para avançar nessa discussão da música de rua, ter regras e fazer de um jeito melhor.

E também para apoiar esses músicos, porque hoje boa parte dos músicos da Cidade - eu estou vendo centenas de amigos meus músicos - só está conseguindo fazer compra no supermercado por causa da música de rua, porque não está conseguindo SESC, não está conseguindo cachê e é a música de rua que está pagando as contas da casa. E paga,

mas, claro, daquele jeito mais apertado. Então o eixo música de rua vem para tentar suprir os músicos que já estão na rua, que vivem da rua, mas que não podem viver como mendigos, tipo: “Se hoje eu vender na rua eu compro o jantar”. Isso é muito chato, porque a gente vê grandes músicos na rua.

O quarto eixo é de intercâmbio, de circulação, pensando que São Paulo como uma grande produtora de música, com gente do Brasil inteiro, com a quantidade muito grande de músicos do resto do Brasil que vêm para cá viver de música, pensando esse ir e vir da cidade, principalmente para exportar a música da cidade, para ajudar um músico a fazer uma turnê pelo interior de São Paulo, pelo Brasil ou mesmo para outros países a partir de cartas-convite. Por exemplo, ter uma carta-convite de algum espaço da Europa e a pessoa ter um dinheiro para bancar a passagem e hospedagem nessa circulação.

Outro eixo seria o de música instrumental, que foi colocado pela turma do Rejunte, principalmente, por a música instrumental estar fora do mercado mais comercial. Aí a gente pensa música instrumental dentro de todos os estilos, não apenas *jazz*, choro, mas música instrumental na forma mais ampla. Eu, por exemplo, faço um festival de música instrumental que tem todos os estilos musicais, *rock*, eletrônica, choro, *folk*, é bem amplo. Seria um eixo também amplo em termos de formato de projeto, poderia ser desde festival de música instrumental, projeto de mostras, mas voltados especialmente a grupos e artistas instrumentais.

Outro eixo, encontros, é muito especial porque combina muito com a cidade de São Paulo, que são feiras, festivais, mostras, que são vitrines. São Paulo é uma vitrine para música do Brasil, justamente porque muitos músicos vêm para cá, então o eixo contemplaria muita gente de fora também. Hoje tem a SIM São Paulo, que é uma grande feira, mas é uma vez por ano. Poderíamos ter mais feiras de música e festivais. Um tempo atrás nós fizemos uma conta que só um certo grupo, um certo nicho do pessoal mais de música alternativa, que é onde eu estou, são mais de vinte festivais pequenos. Não são megafestivais que custam milhões, são festivais que com 40 mil, 50 mil reais já conseguiriam ser fomentados. Por exemplo, o meu festival é desse tamanho e acaba reverberando bastante coisa.

Outro eixo, para finalizar, seria música em ocupações culturais. Apesar do nome ocupações, seria no sentido de uma gestão colaborativa com a Secretaria. A Secretaria tem uma demanda inclusive de produtores para ajudar a produzir nos espaços, junto com os teatros, pensando o trabalho, por exemplo, ajudando a Heloísa Aidar, ajudando o Pedro Granato e fazer programação, a trazer propostas diferentes, não apenas de fazer *shows* regulares, mas, por exemplo, numa semana ter amostra de forró da zona Leste, na outra semana outro coletivo vai propor a semana do *reggae* no CEU tal. Seriam projetos nesse sentido de ajudar a programação da Secretaria até a ser mais bem feita no sentido não de que não seja bem feita, mas que poderia melhorar no sentido de ser uma demanda de baixo para cima, de fazer junto. Porque, bem ou mal, com mais braços a coisa fica mais fácil de fazer e mais legal.

Para finalizar minha fala, também estou à disposição para as perguntas, gostaria de frisar novamente esses dois eixos transversais do projeto de lei, que é a diversidade musical e a descentralização das premiações nesses editais.

Fiz um estudo - depois posso te mandar, Maurício, se você quiser -, em 2016, de que poderíamos, por exemplo, dividir os sete eixos, cada um em três módulos de valores pequeno, médio e grande porte, pensando que o grande porte não estamos falando de Anitas, estamos falando de um grande porte que é o meio *string*. E por esse nosso cálculo daria para atingir com 10 milhões de orçamento ao ano, por exemplo, para chegar próximo ao que é o fomento da Cultura das periferias ou mesmo o teatro, apoiar 300 projetos de música por ano, contando os sete eixos.

Então, por exemplo, quando se tem oito milhões de fomento ao teatro apoiando 30 projetos, se tivermos dez milhões para a lei da música, conseguimos apoiar 300 projetos. Acho que isso é o mais legal porque a música é tão diversa e tem tantos formatos possíveis que conseguiríamos chegar a um número realmente muito bom que é esse de 300 projetos ao ano.

É isso. Estou à disposição, quero ouvir vocês falarem. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Não se esqueçam que as pessoas

podem se inscrever para fazer a sua fala com o rapaz da ponta.

A ideia da audiência pública desde o começo, claro, o Nabil assinou, eu fui coautor, a todo o momento falamos que foi todo o pessoal ligado à música que escreveu e nós simplesmente fomos signatários. Isso porque infelizmente para a metodologia da sociedade civil conseguir colocar um projeto aqui é muito difícil, pegar mais de 200 mil assinaturas com título de eleitor, imaginem, não é fácil.

E foi numa outra gestão, estamos aguardando um novo processo e a ideia era sempre abrir esse diálogo com a Secretaria de Cultura. Então a ideia aqui, Maurício, já tínhamos um pouco, em uma das reuniões em que estávamos e fomos conversar com o Alê, ela já falou sobre o projeto, eu tenho ciência do projeto, então acho que a ideia inicial é abrir um diálogo de como fazer para caminhar. Desde a Secretaria também, às vezes, olhar pontos e dizer: podemos crescer aqui ou acho que está faltando isso, ou de repente isso daqui não está legal, ou o orçamento para todos esses eixos, nós teríamos dificuldades. Mas quais seriam essas dificuldades, aqui na Câmara Municipal podemos fazer algum movimento para conseguir os recursos necessários, ou algo que não tem condição mesmo e aí dá para sintetizar algum tipo de situação ou não, mas o fato é que queríamos abrir o diálogo.

Quero falar uma coisa, acho que o Pena falou, e acho importantíssima, porque além da Cultura e principalmente a música fazer a gente sofrer menos no dia a dia das nossas batalhas, de termos de fazer trabalhos e um monte de coisa que nem sempre nos traz felicidade, além de tudo, para ser um ser humano melhor, ela gera, como o Pena falou, a questão econômica. E aí vou pegar até um dado que achei superlegal, que o Neto, um assessor me mostrou, que no Instagram do Alê Youssef estão os dados econômicos da Virada Cultural: 18,850 milhões de valor investido e 235 milhões de valor gerado pela Cidade.

Inclusive, se formos falar no capitalismo, de negócios, eu fui comerciante antes de ser professor da rede municipal, lá na periferia, sou da região de Sapopemba, é difícil achar um negócio que consiga dar tanto dinheiro e em tão pouco tempo. Geralmente o pessoal faz um negócio, depois de sete, oito, nove anos que tem o retorno do dinheiro do seu investimento e

vai começar a ter lucro. Isso aqui é uma coisa fantástica.

E mais que isso, não só olhar o dinheiro, que esse dinheiro vem para os cofres públicos e que acaba gerando outras situações e podemos fazer outros investimentos em várias outras áreas. Por exemplo, ele mesmo falou, há seis mil postos de trabalho gerados num momento em que estamos no maior desemprego. E acho que essa deveria ser a ordem do dia do Governo Federal, discutir a questão do desemprego no Brasil inteiro.

O SR. MAURÍCIO GARCIA – Esses foram os postos criados diretamente, fora os indiretos.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Que é mais difícil contabilizar. E cinco milhões de público e tudo mais.

Outra coisa que acho importante ressaltar até porque venho e sou da periferia, moro no mesmo lugar, apesar da produção cultural ser intensa na periferia, mas é uma coisa que grupos culturais e até pessoas individuais, começam e depois você de repente não vê mais aquela pessoa. E vai gerando outras pessoas, outra juventude e outros grupos porque as pessoas não conseguem sobreviver. Então, são obrigadas a tipo, o que vou fazer da minha vida, não dá mais para ficar nisso.

E essa falta de continuidade que tem principalmente na periferia, literalmente, não gosto de fazer esse debate mais raso, mas estamos perdendo nosso povo para o crime organizado, ainda mais agora com o desmonte que está acontecendo na Assistência Social, por exemplo, estamos vendo vários projetos com o atendimento diminuído.

Então o que está acontecendo? Por exemplo, a criança - eu sou da Educação - estava no turno de manhã na escola, no ensino regular, e à tarde ia para um CCA, para algum programa social. Na medida em que isso está acabando, moro em Sapopemba onde tem a maior concentração de favelas na cidade de São Paulo. Você vai visitar as casas e tem, por exemplo, uma família de 10 pessoas que moram em 25 metros quadrados, em 15 metros quadrados. A criança não consegue ficar num espaço desses sem ventilação, uma série de coisas. Vai ficar aonde? Ou na viela ou na esquina ou na beira do córrego. Onde eu moro é

isso.

E qual a oportunidade? Você vê o traficante vendendo a droga ou limpando arma literalmente. Quando passo às vezes na viela tem gente limpando arma e criança de dois, três, quatro anos brincando de velotrol e vendo toda aquela situação. Se houvesse um investimento cultural para os coletivos culturais fazerem trabalhos para valer na periferia, além de tudo isso que estamos falando, eu que venho dessa realidade, estou falando em salvar vidas. Não estou falando nem na questão da pessoa se entender ela mesma e a inter-relação com as outras pessoas ou com a sociedade. Estou falando realmente e infelizmente porque é a minha realidade lá no meu pedaço: é de salvar vidas.

Então quando falamos da música que para mim é uma das primeiras expressões culturais do ser humano, e aqui lutamos por todas as linguagens, não estou aqui dizendo que tal linguagem tem dez milhões, o outro tem oito milhões, mas aqui a diferença é bem brutal. Acho que para a sociedade, para esse Governo, para o Alê, que acho é um cara mais democrático, muito diferente do antigo Secretário que com certeza, se tivesse audiência pública aqui nem mandaria um representante para bater um papo, eu acho que dialogar e construir juntos, todos saem ganhando, o Governo, a Secretaria e principalmente o povo, porque estamos falando das pessoas, mas e o povo nessa história. Os grupos ainda conseguem ter o mínimo de articulação para brigar pelas suas questões e infelizmente a maioria do povo é o senso comum e não está organizado para nada e acaba simplesmente recebendo as coisas que vêm de cima sem entender direito o que está acontecendo.

É neste sentido esta audiência pública: debater as coisas e tentar chegar a algum senso. Quero também deixar claro que, nem da parte do Nabil nem da minha, ninguém aqui quer ganhar em cima de um projeto que sequer fomos nós que elaboramos. Inclusive, se o Governo quiser colocar algum adendo e executá-lo, retiráramos o projeto, o arquivamos e o Executivo assume a autoria, pois o objetivo é aprovarmos um projeto que seja bom para a Cidade. Daí por que queremos fazer um bom diálogo, um bate-papo, uma conversa a fim de se chegar a um consenso.

Agora vamos escutar o Maurício, representante do Secretário Alexandre Youssef.

O SR. MAURÍCIO GARCIA – Boa noite a todos e todas, é importante ouvir vocês nessa introdução antes da minha fala, porque nós da Secretaria só tivemos contato com esse projeto de lei agora; não o conhecíamos e só nos inteiramos do conteúdo a partir do momento em que vocês fizeram esse convite para nós. Foi aí que fomos atrás do projeto de lei e o analisamos. Ainda sim, não tivemos tempo suficiente para analisar seus pormenores para poder fazer algumas contribuições mais detalhadas e maiores.

Em princípio, o que podemos dizer dessa olhada que demos no projeto é que a Secretaria apoia o projeto de lei, já que falta um instrumento como esse na cidade de São Paulo para fomentar a música, principalmente para que não fiquemos dependendo apenas da Curadoria e das contratações artísticas para os equipamentos de cultura da Secretaria. Além de fomentar os artistas que já estão aí presentes, que já estão trabalhando, o projeto também tem a preocupação em criar novos artistas e de fazer essa manutenção. Para nós da Secretaria de Cultura isso é importante.

Há alguns pontos que eu gostaria muito de destacar depois dessa olhada um pouco superficial que fizemos, mas que achamos muito importante. A Secretaria está superaberta e existe um canal de diálogo para que possamos fazer esta discussão e outras que vierem. Acho muito importantes alguns itens da lei, principalmente os que dizem respeito aos músicos de rua. Não menosprezando os outros pontos, mas já tivemos a oportunidade de receber alguns integrantes na Secretaria e sabemos da fragilidade que cerca esses profissionais, apesar de haver uma lei que garanta a apresentação. No entanto, sabemos que algumas prefeituras regionais não sabem interpretar nem conhecem a lei. Nesse caso, acho que precisamos, além do dinheiro para fomentar, de um trabalho em conjunto, chamar os prefeitos regionais para que consigam entender que precisam respeitar os artistas de rua.

Sobre a outra parte, a Cidade da Música em circulação, na semana passada, eu estive no Panamá para uma reunião com vários representantes, Secretários de Cultura de várias cidades da América Latina e Central, e percebi, por exemplo, que eles possuem vários

instrumentos para que seus artistas possam circular pelos diversos países não só da América. Nós de São Paulo não temos esse instrumento, mas existe uma cobrança muito grande para que eu, como representante, consiga permitir com que os nossos artistas brasileiros vão para outras cidades. Infelizmente hoje não temos um instrumento no orçamento da Secretaria que nos permita utilizar esse dinheiro para que os artistas possam fazer essa circulação. Mas, com esse projeto de lei, ganhamos isso, o que é fantástico.

Portanto, vocês tenham a certeza de contar com a Secretaria para essa aprovação, apesar de termos algumas observações a fazer. Primeiramente, para um projeto de lei como esse, com um programa desses, precisamos de orçamento. Se apenas aprovarmos esse projeto de lei e não brigarmos por um orçamento robusto para ele, isso implicará a Secretaria ser obrigada a utilizar parte do seu orçamento já existente e transferir para essa lei, o que acarretaria diminuição de recurso em outros programas e projetos. Conjuntamente, precisamos brigar para que haja um orçamento, o que significa negociar com as Secretarias de Finanças, de Gestão e de Governo para que consigamos um orçamento de pelo dez milhões para executar esse programa.

Outra coisa que eu acho que precisamos, em conjunto, conseguir é a Secretaria aumentar seus recursos humanos, já que a cada ano eles têm diminuído, e um programa novo como esse requer mais recursos humanos, mais cargos. Precisamos de, pelo menos, no mínimo mais quatro cargos para conseguir executá-lo por inteiro.

Hoje, se a Secretaria vier sem essa possibilidade, e aí a gente precisa negociar com a Secretaria de Gestão, sem esses cargos não conseguimos executar o programa. Ou a gente acaba deixando outros programas de lado, na verdade, a gente vai ter de fazer uma escolha de qual programa é mais importante dos programas que já existem na Secretaria. Então, os recursos humanos são fundamentais para que a gente possa executá-lo.

Acho que esses são os pontos principais. Tem outras questões na redação da lei, que acho importante, acho que não preciso trazer aqui, mas acho que a gente pode tranquilamente sentar e olhar mais detalhadamente, que eu acho superimportante. Vou

destacar alguns, uns dois, só para entendermos. (Pausa)

Eu não estou achando aqui, mas um deles dizia, por exemplo, que teríamos que através do edital habilitar, pelo menos, acho que 30 corais. Acho que é isso, tinha um número, acho que era exatamente de 30 corais, colocar na lei...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MAURÍCIO GARCIA – Não, não. Está aqui. É, pode ser que eu... pode ser, mas o que eu tenho em mãos aqui, no artigo 12, diz que anualmente serão selecionados 30 corais qualificados para realizar apresentações mensais em locais a serem definidos pela Secretaria. Não tem mais? Perfeito.

Okay, de qualquer forma, acho que vale a pena a gente, em conjunto, olhar o texto da lei e, se necessário, a gente sugerir algumas mudanças.

A SRA. INTI QUEIROZ – Deixa eu aproveitar e até falar umas questões. Tem um substitutivo, a gente arrumou várias coisas, inclusive a gente reescreveu bastante coisa, né Pena, do substitutivo, que está bem mais enxuto o texto. Acho que seria legal você... é o que foi votado em primeira, esse negócio dos corais, por exemplo, é uma das coisas que caiu. O que tem são os sete eixos que eu lhe falei. Ponto. É esse o texto. Inclusive, Maurício, só para complementar uma questão, o edital, que já vem sendo feito desde 2017, já foram feitas inclusive três edições desse edital na Secretaria, é um edital já baseado na lei, só que estão sendo feitos somente quatro eixos.

Então, por exemplo, a última edição, inclusive, que foi o eixo criação, música ao vivo, instrumental e festivais, foram contemplados com acho que 500 mil reais, 25 projetos. Então, quer dizer, vocês já estão fazendo, não é? Isso, o edital de fomento à música, que no momento, tem se não me engano, um milhão e meio na LOA e aí essa ideia dos dez milhões, que a gente já gostaria, inclusive, justamente de acelerar essa aprovação do PL para que a gente possa ter tempo de colocar na LOA 2020 um valor maior e aí sim disputar, no final do ano aqui, junto com os vereadores, essa ampliação do orçamento.

O SR. MAURÍCIO GARCIA - Perfeito. Somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Vamos ver os inscritos. De três a cinco minutos, se a pessoa precisar, tudo bem? A primeira inscrita é Cris Rangel.

A SRA. CRIS RANGEL – Boa noite, depois de esperar tanto tempo.

Eu sou produtora, sou agente, sou arte educadora e tenho um propósito de vida, que é trabalhar com formação de agentes culturais periféricos e formação de agentes culturais em São Paulo.

A gente tem uma problemática dentro do mercado, as pessoas se tornam produtoras e agentes sem qualificação, elas trabalham empiricamente. Eu acho que 90% ou, sei lá, 100% das pessoas que são artistas aqui são autogerentes, se autogerem, trabalham com produção e aprendem na raça. A gente não tem um pensamento sistematizado a respeito de produção cultural em São Paulo, muito menos no Brasil. Existem poucas universidades que falam sobre isso. Esse tipo de capacitação é fundamental para que as pessoas entendam, inclusive, uma PL como essa e entendam a necessidade de uma PL como essa.

Dentro das escolas, antigamente, a gente tinha aulas de educação musical e isso fazia com que as crianças entrassem em contato com todo tipo de manifestação musical e formava-se, então, público.

Hoje todas as pessoas que estão aqui estão interessadas em viver de música, mas dentro desses planejamentos a gente não pensa na formação de público. Então, pensando também em orçamento, eu gostaria de fazer a sugestão para que se pensasse junto, dentro dessa PL, parcerias junto à Secretaria de Educação, para que esses pequenos festivais, essas circulações de artistas, passem pelas escolas estaduais e municipais, para que a gente pense na formação do público. Não adianta a gente aprovar um edital e gravar um CD lindo, fazer um lançamento maravilhoso no teatro se só vai ter minha mãe e meus amigos ali vendo o meu *show*.

Então, quando eu falo de formação dentro de gestão cultural, uma coisa que eu falo dando consultoria de gerência de carreira para artista é que o público primário é a mãe e os amigos. O público secundário é a pessoa que paga para ir, paga o ingresso para assistir o

show. E a gente não pensa nisso em termos de mercado.

Então, eu gostaria de sugerir para que quando a Secretaria de Cultura, agora com a lei, Youssef, e que já tem uma articulação nessa parte de formação, principalmente de público na parte literária, que estão tendo ações muito interessantes dentro da Mario de Andrade, eu gostaria que se atentasse, dentro do nosso plano ideal de ter um fomento à música, para que a formação de público seja fundamental dentro de todos os eixos.

Não adianta a gente ficar pensando em dar dinheiro para os artistas, em formar artistas, se a gente não tem público consumidor, inclusive, em música instrumental. Hoje a música instrumental é consumida dentro dos *games* e a própria criança não sabe que ela gosta de música instrumental. Então, ela pega uma orquestra, “ai, que coisa chata uma orquestra”, mas a orquestra foi fundamental para o *videogame* que está jogando.

Então, é uma das coisas que eu gostaria de puxar, porque eu não participei dessas reuniões, infelizmente, na hora de confeccionar a PL. Mas, como eu sou uma arte educadora e produtora e ando pensando muito o quanto está problemático a gente fazer *show* e não ter público, a gente tem que pensar que dentro desse movimento de resistência para sobreviver na arte e valorizar a arte, as manifestações de São Paulo, a gente tem que pensar na formação de público e na formação desses agentes culturais, com o pensamento sistematizado sobre o mercado; entender que só falar que empreendedorismo é legal e a economia é criativa vai pagar as contas não é o suficiente. A gente tem que pensar lá na raiz da formação de público e da formação desses agentes culturais.

Já existem os programas de jovens monitores que capacitam esses jovens, mas a gente tem que pensar também até nas pessoas que já estão no mercado e que estão fazendo coisa errada, estão errando dentro do mercado, porque não têm o mínimo de capacitação e formação. Isso é uma questão.

Outra questão é sobre essa lei, principalmente, que fala do quesito “artista de rua”. O artista de rua é um dos primeiros formadores de público na música, porque as pessoas entram em contato e acham lindo o artista de rua ali, tocando. Ficam tocadas. Param. Fazem

vídeos no Instagram. Uma criança entra em contato e se encanta. Já temos aí a sementinha do consumidor da música, dentro da Cidade – o nosso futuro frequentador de teatros e casas de *show*. Então, dentro desse eixo do artista de rua, já temos o cerne da formação de público.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Agora, é o Sr. Murilo, do movimento da música de São Paulo.

O SR. MURILO – Boa noite a todas. Boa noite a todos. Acho que sempre que tivermos a oportunidade de estar em um espaço público, ou mesmo privado, falando sobre música, sobre Cultura, é importante lembrarmos o contexto atual em que estamos. Então, é muito importante que tenhamos esses espaços de diálogo com o Poder Público e que tenhamos uma maturidade de entender momentos, que são momentos de convergência.

O pessoal que está na Secretaria já esteve fora. No futuro, vai estar fora de novo e eu tenho certeza de que um projeto como esse é benéfico. Não é um projeto que é benéfico, como o Vereador Toninho Vespoli falou, por uma questão eleitoral. Não é um projeto que beneficia um recorte, mas é um projeto que beneficia toda a cadeia produtiva da música e, se bem aplicado, isso é algo que só tende a se fortalecer. É fundamental que tenhamos algo assim, neste momento, sendo construído. Que gere bons frutos, para enfrentarmos esse futuro que está por vir – que já está por aqui, na verdade.

Aproveitando essa fala do Maurício, de que a Secretaria apoia o projeto – e até falou dos diálogos necessários com outras instâncias do Governo –, eu gostaria de saber se temos um compromisso, mesmo, da Secretaria, de fazer o diálogo com essas instâncias que porventura vão questionar um projeto como este, talvez pelo elemento financeiro. Acredito que esteja bem claro que isso não é um argumento. Pelo contrário, se formos pensar pelo ponto de vista econômico, é preciso ter um projeto como esse. Não só vamos girar a economia, como também daremos um retorno para o próprio Estado, muito maior do que o investimento que é feito. Então, quero saber se temos um compromisso, mesmo, da Secretaria de Cultura, para fazer esses diálogos com as outras instâncias que podem vir a atacar o projeto.

Fazendo algumas observações, para complementar tudo que já foi dito, eu acho que é importante lembrarmos, também, que estamos, há alguns anos, há algum tempo, vivendo uma mudança completa no mercado da música. Viemos de um modelo antigo, que era baseado em grandes gravadoras, em materiais físicos de venda. Enfim, os artistas tinham formas de sobreviver da música – os grandes artistas, é claro. Isso, de uma forma, foi democratizado com as novas tecnologias, mas, ao mesmo tempo, torna-se muito difícil para um artista que faz a sua autogestão ter um retorno financeiro com o seu produto, por exemplo, nas plataformas digitais – hoje, um dos principais meios. Na verdade, é o principal meio que temos de consumo de música, de ouvir música ou, eventualmente, de comprar um *download*.

Temos uma diminuição das vendas de CDs. Temos o vinil ainda muito presente, mas não se compara com o que já foi no passado. Essas novas tecnologias trazem possibilidades de divulgação para novos artistas, para artistas independentes, mas, ao mesmo tempo, estão longe de ser suficientes para que um artista possa construir uma sobrevivência econômica a partir desse retorno.

Então, o PL também é fundamental por trabalhar muito com essa questão da formação de público na música de rua, mas também com a circulação, com o fortalecimento das casas de *show*, porque, já que não é na venda de fonogramas, já que não é na venda de música que os artistas estão sobrevivendo hoje, eles dependem muito desse contato com o público – não só pelo cachê que eventualmente vão receber, mas também para que eles tenham a possibilidade de formar um público novo para o trabalho deles, para que eles tenham a possibilidade de vender um CD, de vender uma camiseta, uma caneca, enfim, de ter outras fontes de renda. Sem isso, é muito difícil que um projeto sobreviva.

Quero falar sobre a questão que o próprio Vereador Toninho Vespoli trouxe, também, de que, às vezes, nas periferias, você vê que o artista nasce, traz algo interessante e, depois, desaparece. Não tem força econômica, às vezes, para seguir nesse projeto. Vai para outra área em que ele vai acabar ganhando mais dinheiro. Isso é verdade, não só para os artistas, mas também para os espaços. Nas próprias discussões sobre a especificidade da

música, citaram exemplos que são muito importantes, que são exemplos internacionais, de como outras grandes cidades do mundo tratam a Cultura e a música ao vivo, mais especificamente.

Então, há, por exemplo, os estudos da Creative Footprint, que fez estudos em Berlim e em Nova Iorque. Estão fazendo, agora, em Tóquio. Um dos pontos do estudo em Nova Iorque que me chamou muita atenção foi o que falava sobre como os centros das cidades têm uma facilidade e um maior número de espaços onde o que é oferecido ao público é um trabalho mais comercial, mais *mainstream*. É nas periferias – ou seja, fora dos centros – que acontecem a inovação e a experimentação, aquilo que dá a cara e o coração musical àquela cidade. Porém, por questões financeiras óbvias, esses próprios espaços, tão importantes para essa veia de inovação na música, acabam se perdendo. Eles não conseguem sobreviver.

De novo, é muito feliz que o PL tenha essa preocupação, também, com os espaços, para que não só os espaços com que estamos acostumados no Centro, às vezes, mas também os espaços pequenos nas periferias tenham a oportunidade de ter o seu sustento e fazer esse trabalho tão importante de arriscar na música. Não é só colocar aquilo que é de fácil assimilação pelo público, mas é arriscar e abrir espaço para as inovações que vão, de fato, chacoalhar e trazer as novidades para o mercado musical, o que é muito interessante.

Lembro, também, o caso de Londres, que, em 2016, criou o cargo de Prefeita da Noite – *Night Czar*, como eles a chamam, lá. Então, é mais um exemplo de como essas grandes cidades enxergam o mercado da Cultura, o mercado da música ao vivo, como algo fundamental para a vida econômica delas. Esse cargo de Prefeita da Noite, por exemplo, tinha a função de negociar com trabalhadores da noite, em geral, mas também com autoridades locais, polícia, sistema de transporte, além de fomentar as casas. Foi falado no início: tantas casas importantes nós tínhamos em São Paulo e não as temos mais, porque não conseguiram sobreviver economicamente. Então, essa função da Prefeita da Noite, que eles criaram, lá, também foi para ajudar as casas, para que consigam sobreviver e consigam ter uma

continuidade, para continuar fomentando o mercado da música – principalmente, a música independente.

Lembro mais um exemplo internacional, de passagem, rapidamente, para demonstrar, de novo... Acho que a questão econômica é central. Ainda mais no momento que estamos vivendo, é muito importante que tenhamos clareza. Então, o exemplo da Virada Cultural é muito forte. Há esses outros exemplos que eu estou citando, aqui, mas há o exemplo do *k-pop*. É claro que estamos falando de algo mercadológico. Foi muito empacotado para exportação, mas foi em um momento em que a Coreia do Sul estava vivendo uma crise econômica. O Governo veio e investiu “pesado” na Cultura. Investiu “pesado” na música. Criou um produto para exportação e a Coreia do Sul deu um salto de participação no mercado da música mundial. Então, foi uma solução que eles encontraram em um momento de crise econômica e que podemos usar como referência, aqui, também.

É isso. Obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Agora, vamos escutar o Sr. Celso Reeks.

Sr. Celso, só um minutinho... Então, pessoal, acho que não há mais inscritos. Há? Se não houver mais inscritos, nós vamos passar, novamente, talvez, para a Mesa, para encerrar, mas há a oportunidade, agora, na fala do Sr. Celso. Se alguém quiser se inscrever, ainda dá tempo. Está bem?

O SR. CELSO REEKS – Galera, inscreva-se, aí. Este é o espaço para o cidadão participar da construção do projeto. É o espaço onde o cidadão tem de dar o retorno da análise que teve sobre a leitura do projeto de lei ou do que escutou aqui. Esta é a instância mais forte de participação democrática que temos aqui. Então, galera, aproveite este momento. Não é sempre que temos isso para ter um representante da Secretaria de Cultura aqui, escutando, um legislador ouvindo, porque é nisso que ajudamos a melhorar qualquer coisa que esteja... Sei lá, meio aberta, que você olhe e fale: “Poxa, mas tem um bagulho meio estranho aqui, neste projeto. E, se fizéssemos assim?” Irmão, este é o momento de aperfeiçoamento de um

projeto de lei. Então, galera, use! Aproveite!

Bom, agora, passado esse momento, que eu achei bem estranho... Só duas pessoas falando antes de mim... Eu até me assustei. Meu nome é Celso. Eu sou do movimento dos artistas de rua. Como o Maurício falou, ali, já procuramos a Secretaria de Cultura, um tempo atrás, para começar a falar sobre essas questões relacionadas à música de rua e a presença da música de rua dentro do projeto de lei, com o programa SP Cidade da Música.

É fundamental e é quase imprescindível, porque, quando você pensa em um projeto que fala sobre a Cidade... Então, não é simplesmente um projeto para a música. Não, é um projeto para a Cidade, usando a música como uma plataforma, para gerar melhorias para a Cidade como um todo. Quando falamos de Cultura, de uma forma geral, quanto maior o estímulo, o fomento, seja financeiro, seja através de políticas públicas que precisem... Que tenham ou não um suporte financeiro... Só temos a avançar como sociedade. Temos uma Cidade mais feliz, mais harmônica, que se entende melhor, que se respeita mais, e uma população que passa a se relacionar com a sua Cidade de uma forma mais empática. Melhoramos o ambiente da Cidade como um todo.

De uma forma geral, isso acontece assim e, como você colocou muito bem, a música de rua – ou a arte de rua, de uma forma geral – é uma das portas de entrada, de acesso da população, com a Cultura, para deixar meio de fora as mídias, como televisão e etc., que trazem uma cultura mais enlatada. Quando estamos na rua, temos justamente a cultura não enlatada. Temos aquela cultura mais autêntica. É o espaço da rua que permite a experimentação. Aliás, é o melhor lugar para nós, como artistas, experimentarmos, para ver se aquilo que estamos pensando, caraminhando na nossa cabeça... “Poxa, esse negócio é bom ou não é?” Cara, vá para a rua.

Um aspecto interessante do item reservado para a música de rua no projeto de lei é que ele estimula a descentralização da arte de rua, da música de rua, na Cidade. Temos um problema muito sério, que é: artista de rua vive do chapéu. Onde é que conseguimos chapéu? Onde está o dinheiro. Onde está o dinheiro? Está nos centros financeiros, principalmente aqui,

no centro histórico e financeiro da Cidade. É aqui, no centro histórico. É na Avenida Paulista e em mais um ou outro centrinho de bairro, mas tudo dentro da área do Centro Expandido.

A parte que trata sobre a música de rua estabelece que o artista de rua vai receber uma bolsa para ir para lugares... Agora não lembro o termo, mas são de vulnerabilidade ou alguma coisa do tipo. Ou seja, é justamente o artista não ir para onde ele está acostumado. É ele atingir a população que mais precisa desse contato com a arte de rua e não tem – ou tem muito pouco, porque, sei lá... Quem vai querer ir para Guaianases, para passar o chapéu? É muito raro. Há a galera que vai, no trem – e é chutada do trem –, que é o máximo.

Para além do que está no projeto de lei, esse diálogo com o Poder Público é fundamental. Foi por isso que procuramos a Secretaria e estamos atrasados nos nossos compromissos, para andar com as nossas pautas, mas é importante que o projeto de lei, dando essa bolsa... É fofo. É legal. É bacana. Poxa, vai haver um monte de artista de rua, lá, feliz por receber um dinheiro para poder circular, mas isso não vai ter um efeito benéfico se não tivermos um conjunto de ações muito mais amplas por parte do Poder Público, com suporte da Câmara Municipal. São, por exemplo, os diálogos que precisamos ter com os Subprefeitos, que simplesmente ignoram a lei do artista de rua. Proíbem. Há altos problemas de proibição, de violência.

O SR. MAURÍCIO GARCIA – Ou desconhecem, não é?

O SR. CELSO REEKS – Eu diria que a maioria ignora, mesmo, infelizmente. Eu prefiro não ficar nesse lado mais ingênuo, de achar que eles desconhecem. Eu prefiro achar que eles conhecem, sabem que existe, mas falam: “Poxa, eu posso dar uma ignorada, aqui, porque há um monte de associações comerciais e de moradores reclamando. Vamos lá. Vamos botar restrição. Vamos tirar artista de rua. Está fazendo barulho. Ah, está na frente da loja.” Enfim...

O SR. MAURÍCIO GARCIA – Deixe-me só fazer uma intervenção. É que, às vezes, também, não é só o Prefeito Regional. Às vezes, é o olhar do Guarda Municipal, que está ali, que tem alguma associação de morador, que tem uma influência mais próxima daquele Guarda

Municipal ou PM. Aí, faz um contato direto. Aí, vai lá e tira o artista de rua.

O SR. CELSO REEKS – Sim, é justamente aonde eu ia chegar. Para além de conversar com subprefeitos, precisamos dialogar com os agentes de repressão, que são a GCM e os PMs da Operação Delegada. É lidar com todas as outras instâncias do Executivo que tenham qualquer relação com a arte de rua. Então, é tratar com os administradores de parques. É tratar com o Secretário de Segurança. Puxa, é uma gama tão grande que já listamos. Nem vou ficar listando, aqui, porque não é preciso.

Fora diversas outras políticas que a Secretaria pode implementar, que não são específicas para a arte de rua, mas para a Cultura, de uma forma geral... Que é seguir valorizando a Cultura e seguir levando Cultura para a população, mostrando para a população a importância disso para a sociedade, de como isso evolui a sociedade, de como torna esta Cidade muito mais humana... Valoriza a Cidade.

Se entrarmos nesse aspecto mercadológico, a Cidade ganha muito mais valor fora dela. Para turismo? Poxa, uma Cidade que respira Cultura, que tem uma fruição de Cultura cada vez maior, estimula o turismo de lazer. Isso é fato incontestável. Isso traz dinheiro para a Cidade. Traz dinheiro para os cofres. Com isso, conseguimos melhorar o orçamento para a Cultura. Conseguimos melhorar o orçamento da Cidade, de uma forma geral. Então, precisamos olhar tanto para essa parte financeira, que vai melhorar o PIB da Cidade, quanto para a “FIB” – que é um termo que eu ouvi, um tempo atrás, que é a “Felicidade Interna Bruta”. Não adianta termos uma cidade com um PIB alto, em que entra muito dinheiro, se a população não é feliz.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Antes de passar para o Sr. Manto, que eu acho que é o próximo, quero até aproveitar... Eu acho que o pessoal, ali, do Samba da Treze, já foi lá, conversar, na Subprefeitura. Foram conversar com o Alê, também? Isso, com o Alê Youssef. Porque lá é um pouco isso, também... O pessoal faz, lá, o samba de rua e as associações comerciais, lá, de cima, um monte de pessoas e tal...

Quero concordar com o Sr. Celso. Eu acho, também, que as pessoas são diversas – e, que bom que são diversas! Porém, eu acho que também há pessoas que têm uma visão diferenciada da Cidade. Há pessoas que querem morar em apartamentos totalmente murados, distantes, como se morassem em uma ilha na Cidade. Pegam seus carros e os colocam no estacionamento do trabalho. Não interagem com o povo. Não interagem com as coisas. Na hora em que há, lá, o samba de rua ou não sei o quê, aquilo é um incômodo. Não é que aquilo, ali, faça parte da Cidade. Então, acho que as pessoas também estão brigando para que esteja de acordo com sua visão de mundo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CRIS RANGEL – Se nós não educarmos a população para elas valorizarem o artista, antes de ele sair do país, porque a gente só valoriza os artistas que fazem sucesso fora do país. O artista está aqui amassando barro para conseguir circular dentro da cidade, e a gente não valoriza, como se a gente, dentro desses programas, não tiver um diálogo com a sociedade civil para que as pessoas entendam que esses artistas estão trabalhando e trazendo qualidade de vida e saúde mental para elas, porque a gente sabe que se a pessoa faz arte, ainda que não seja boa, ela já tem uma saúde mental melhor.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – É um aspecto que acho muito interessante é a questão da criminalização, e é assim que a gente vê o tratamento: está ali na rua fazendo cultura, se não quer, já não é mais uma pessoa de bem. Não sei de onde tiraram esse negócio de pessoa de bem. Se tem lixo na rua, o culpado é o artista que não sei o quê, se tem droga, o culpado é o artista. Ora, droga tem em qualquer lugar. Se bobear e bater nesses gabinetes você pode encontrar. Então, tudo o que a sociedade fala que a pessoa de bem não deve ter passa a ser culpado o artista de rua que está ali simplesmente fazendo o que ele quer, uma visão de mundo, porque não é só o trabalho. É um trabalho, porque as pessoas têm que viver e se alimentar daquilo, mas é uma visão de mundo. A mesma coisa é os professores dentro da sala de aula, e ficam dizendo que são doutrinadores, para ganhar um salário mixuruca, ou a pessoa também faz, claro, para sustentar a sua família, porque os boletos estão

lá todo mês e são implacáveis, mas também é na visão de mundo que a pessoa quer.

O SR. CELSO REEKS – Só fazendo um adendo, para demonstrar como essa visão de mundo, às vezes, é uma visão de mundo vindo de forças poderosas e como isso impacta de uma forma muito forte. A galera tem andado na Paulista ultimamente e reparado que tem muito menos artista de rua? Tudo isso é porque, em dezembro do ano passado, a Subprefeitura da Sé baixou uma Portaria que proíbe apresentações artísticas e exposição de artesanato na calçada, na frente de qualquer instituição financeira, com a justificativa de que isso é para garantir segurança para transporte de valores. Só que a redação dessa Portaria, que deve ter sido escrita às pressas, traz na frente do Banco Safra e demais instituições financeiras.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Você tem o número dessa Portaria?

R – Tenho.

P – Depois, você passa para nós.

R – Passo, mas isso é só para mostrar como alguns elementos da nossa sociedade detém uma força de poder tão grande que bastou um banco fazer uma reclamação que encontraram, usaram isso como uma boa desculpa para limpar a Avenida Paulista. Quer uma desculpa melhor para tirar a arte de rua da Avenida Paulista do que proteger o dinheiro dos bancos? É incrível.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Agora nós vamos ouvir o Manto.

O SR. MANTO – Eu vou pelo lado mais pragmático da nossa discussão, porque rolou uma discussão de como resolver o problema cultural do país, o problema educacional, vamos demorar décadas para as pessoas terem uma conscientização, e a gente não pode esperar décadas por um Projeto de Lei ser aprovado. Acho que temos que enviar mais no caminho do Projeto de Lei.

O que a gente faz para ele ser aprovado? Inclusive, porque podemos discutir sobre vários problemas no projeto para ter melhorias, mas, agora, a gente já aprovou em primeira ou zera e volta da estaca zero para o fim da fila ou a gente encara esse e busca melhorar daqui para frente. Acho que temos que ter justamente uma proposta de: “Maurício, a gente consegue

criar uma comissão para trabalhar com a Secretaria de Cultura para colocar isso pra frente?”, ano que vem tem eleição, os políticos estão já em 2020, a gente não quer ficar olhando para 2020. Acho que todo mundo tem a oportunidade de deixar um legado positivo e esta Administração também. Esse Projeto de Lei foi discutido com mais de mil pessoas do meio, então, assim como aquele planejamento da Secretaria de Cultura, o Plano Municipal, está tudo ali.

Então, rolou muita discussão nos últimos anos para a gente chegar em algum lugar, o que a gente quer é sair desse lugar em que a gente já vem discutindo faz tempo e colocar isso em prática, inclusive, para saber como vai ser o retorno de tudo isso.

Com certeza, o fomento de teatro, na hora de ser aprovado, teve poréns, mas foi colocado na rua, aconteceu e tem os benefícios todos e os malefícios, que são alguns e que, de repente, podem ser equalizados.

Eu sinto, como uma pessoa que já está nesse role há quatro ou cinco anos, Toninho, a gente pode contar com você para dentro da Câmara ser uma voz para levar essa bandeira lá pra dentro? Quem mais a gente pode chamar para formar com você? Criando uma musculatura legislativa razoável para votar em segunda?

Paralelo a isso, Maurício, tem dezenas de pessoas, tanto na Secretaria de Estado quanto na Secretaria Municipal, um contingente de trabalhadores que foram cortados, mas aqui fora também tem pessoas que estão superdispostas a fazerem acontecer. Então, de repente, três de vocês e três nossos conseguem fazer a coisa andar um pouco mais num outro caminhar.

Acho que a gente precisa disso para criarmos uma agenda, a fim de que, em agosto, colocada na mesa. Se chegarmos em agosto com os resultados não tirados daqui, vai ser para 2021 a nossa nova conversa.

Então, eu vim propor uma agenda um pouco mais “vamos fazer, vamos conversar daqui a 15 ou 20 dias de novo, vamos caminhar e construir os tijolinhos que precisam ser construídos”.

Todos os problemas educacionais, culturais, de formação, da tiazinha que não gosta do carnaval de rua, a gente não vai resolver agora.

O que podemos resolver é “esse PL está pronto, aprovado em primeira, falta aprovar em segunda e o Prefeito assinar”.

O que a gente precisa fazer nesse um mês e meio junto para desenvolver e chegar num resultado.

O SR. MURILO – Só reforçando: é esse o PL, né? É que foi discutido que, talvez, a Secretaria apresentasse outra proposta. Acho que esse já está aprovado em primeira, a gente está próximo da segunda aprovação, então, é a hora de fazer essa articulação e não criar algo novo, talvez, fazer ajustes posteriormente ou projetos paralelos, mas não deixar esse PL de lado para começar do zero. É muito importante aproveitar esse PL.

A SRA. INTI QUEIROZ – Até quero fazer um adendo porque, justamente, o substitutivo foi muito mais discutido, a gente fez oito reuniões, pena que era das duas da tarde à meia-noite, e a gente discutiu linha a linha para deixarmos o PL com sete eixos – e não é esse texto que você tem, viu, Maurício, com certeza – para que a gente deixasse de um jeito entre aspas flexível para que nos editais pudesse ter essas minúcias “vai ter que ter uma contrapartida na escola ou quantos módulos por eixo”, inclusive, em vez de fazer um edital ao ano, é possível fazer três com eixos separados. A gente enxugou, transformou o texto numa coisa mais limpa, priorizando os eixos transversais de diversidade e descentralização e focando nos sete eixos, de um jeito fácil, deixando para a Secretaria. A gente não amarrou muita coisa, como era o caso dos 30 corais, porque foi a primeira coisa que a gente limou.

Fizemos de um jeito que a cada novo edital pudéssemos construir juntos com a Secretaria, que agora é vocês, mas a gente não sabe o que vem aí – por isso é preciso aprovar o quanto antes, porque a gente não sabe quem vem aí, e é uma garantia, você mesmo é um cara que trabalha com música, então, acho que é uma garantia.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Mais algum inscrito? (Pausa)

Eu queria falar para o Maurício: a gente aprovou o Projeto de Lei 353/2018, que é a

valorização da cultura brasileira. Também não foi nosso mandato. É isso, a sociedade civil foi lá e tal, mas é um coletivo bem menor que discutiu esse projeto, que acho muito legal. Inclusive, uma das pautas era se ele faria um parecer favorável, porque está na mesa do Prefeito para sancionar. A Secretaria disse que o Alê não foi questionado sobre o projeto.

Então, quero falar um pouco enquanto Câmara Municipal, como funciona aqui: todos os 55 Vereadores podem ficar obstruindo projetos do Governo, inclusive. Então, o Governo não quer que isso aconteça. Então, ele fala: “este mês cada Vereador vai ter um projeto em primeira e dois em segunda para serem votados”, e os Vereadores, em regra, não votam contra o projeto de outro Vereador. Isso tem em qualquer categoria. Quando a questão é muito ideológica nós nos posicionamos contra e fazemos o debate, Escola sem Partido, por exemplo, “é uma coisa bem ideológica, então, nisso não tem acordo”.

O que estou querendo dizer com isso? Que um projeto desses, dificilmente, fere a questão ideológica de algum partido. Ou seja, se a gente colocar no acordo para votarem na Câmara Municipal, muito provavelmente, ele passará. Acho que o problema não está aqui, mas para garantirmos isso, se o coletivo quiser, a gente pode marcar um bate-papo com o Presidente Eduardo Tuma, explicando para ele sobre o projeto, que não há resistência, a maioria das bancadas partidárias apoiam projetos dessa natureza, e não vai ter dificuldade, porque vai entrar na minha cota, do Toninho, então, é um projeto de segunda, o qual terei que colocar como fiz com esse projeto da valorização da cultura brasileira pra ser votado.

Eu acredito que aqui há menos problema, não estou falando que na Secretaria terá problema. O problema é esse mesmo: como o Maurício está sendo bem honesto, é uma questão de orçamento e de uma série de coisas, não adianta a gente só fingir, estourar a *champagne* e tal, o bolo tem que ser dividido de verdade. Ele está sendo maduro e sincero, porque poderia nos falar outras coisas.

A audiência pública, desde o começo, é um momento de a gente – entendo que o Alê é diferente do antigo Secretário, já fui lá, e ele nos atendeu quando precisamos, abre o diálogo, a gente não vai escutar o sim para tudo, mas há diálogo.

Então, neste momento, a possibilidade de passar aqui na Câmara é grande, queremos conversar com a Secretaria para que ela esteja envolvida na discussão e bancar, internamente no governo, a briga para o Prefeito sancionar, mostrar para o Prefeito o legado que ele pode deixar, a questão da economia, como vocês falaram, dizendo ao Prefeito que é muito importante que ele sancione esta lei. Acho que nós estamos construindo, e acho que as pessoas estão muito abertas a reverem posicionamentos sobre algum item que tenha no projeto, no qual o Governo queira colaborar.

A Inti e o Pena estavam falando alguma proposta, mais ou menos, como você falou, ou a gente marca e sai com um compromisso com o Maurício de uns 20 dias para a Secretaria conversar e, daqui uns 20 dias termos uma conversa com Alê Youssef, ou é melhor a proposta de ter um grupo de trabalho, se a Secretaria topa, não precisa ter um número muito grande, umas seis ou sete pessoas daqui, mais duas da Secretaria, para ir amadurecendo e, depois, conversar com o Alê Youssef?

Eu imagino essas duas propostas: conversar com ele direto daqui alguns dias ou fazer um grupo de trabalho e, depois, uma conversa com ele, apresentando melhor o projeto.

Não sei se teria outra proposta.

A SRA. INTI QUEIROZ – Acho que o ideal seria eles lerem o PL certo - até porque a gente, justamente, deixou de um jeito mais fácil do que esse, pois este. Por que o que aconteceu? Vou te contar a história. A gente tinha pressa para escrever o Projeto de Lei, então, esse que foi escrito inicialmente foi um esboço do esboço que o Nabil escreveu porque ele precisava pegar a janela, se não ele não pegava. Como era ano de eleição, ele tinha até 3 de junho para inscrever todos os PLs do ano, e a gente ainda estava trabalhando no texto que virou o substitutivo. Então, o que ele pegou era o primeiro rascunho e inscreveu. Já na primeira CCJ, a gente entrou com o substitutivo. Foi isso. Como você entra no site da Câmara o primeiro arquivinho que aparece é esse que você puxou, mas o que está valendo aparece mais para baixo. O que foi realmente aprovado nas comissões todas e na primeira votação é esse que a gente acabou de te dar agora.

O SR. MAURÍCIO GARCIA – Perfeito.

A SRA. INTI QUEIROZ – A questão do grupo de trabalho: eu acho que a primeira coisa é – e por experiência de outros grupos de trabalho e movimentos dos quais participo – vocês terem esses 15 dias para fazerem o estudo, agora já passou a Virada, e vocês estão um pouco menos loucos, lerem o PL, e a gente fazer uma reunião. Nessa reunião, podemos decidir se precisará fazermos um grupo de trabalho.

O SR. MAURÍCIO GARCIA – Perfeito.

A SRA. INTI QUEIROZ - Até porque, teoricamente, ainda não saiu o edital de Fomento à Música deste ano. Acho que seria uma oportunidade esse grupo de trabalho para a gente pensar, ver se esse edital, quando ele foi proposto pela primeira vez, não é Pena, a gente teve uma discussão na época era o Sturm e a Bárbara ainda estava como chefe de gabinete, um dos itens que era o de criação era muito problemático. Ele melhorou, mas, por exemplo, tinha uma coisa extremamente problemática nele que era o prêmio de cinco mil reais e a contrapartida eram seis shows, uma coisa absurda. Quer dizer, cinco mil reais de prêmio com uma contrapartida de seis shows, espera aí. Coisas que a gente que trabalha com música, você que trabalha com casa noturna, sabe que é impossível.

O SR. MAURÍCIO GARCIA – Exatamente.

A SRA. INTI QUEIROZ – Então, o mais legal é que a gente vai poder conversar tanto com você, com o Alê, com a Helô, o Pedro, que são pessoas que são da cultura, são produtores, são artistas. É diferente de trabalhar com quem é burocrata e nunca produziu e não sabe que com cinco mil reais não se banca seis shows. Acho que é isso. Essa é a proposta: marcar a reunião para daqui a 15 dias e pensar no que a gente vai fazer.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Alguma consideração, Pena?

O SR. PENA SCHMIDT - Só lembrar que o nome do PL é importante destacar aqui. Ele trabalha junto com a redação dele. Chamarmos São Paulo como a “cidade da música” vai ajudar muito nessa conscientização, enfim, para as pessoas que trabalham com música na rua, é importante, pois esta é a cidade da música.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – E colabora com o projeto do Alê Youssef, Cidade da Cultura.

O SR. PENA SCHMIDT - Cidade da música, cidade da cultura. É isso.

O SR. MAURÍCIO GARCIA – Exatamente, pensei nisso também.

O SR. PENA SCHMIDT - Levanta essa bola que a Cidade tem essa vida cultural importante, e o nosso turismo vai ser muito baseado nisso, pois a gente não tem nem montanha, nem mar.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – O que você acha da proposta, Maurício? A gente sai daqui e, daqui a 15 dias, a gente faz uma conversa e, na discussão, a gente decide se precisa de um grupo de trabalho para pensar mais algumas coisas, ou não.

O SR. MAURÍCIO GARCIA - É perfeito. Acho que me parece o melhor caminho. Esse tempo de 15 dias é o tempo que a gente precisa para analisar, com calma, o projeto atual. E aí, nessa reunião, a gente apresenta o que a gente entendeu que pode ser melhorado; e, dependendo do que a gente apresentar, se houver necessidade, ou se o que a gente apresentar representar várias mudanças, então eu vejo a necessidade de criar esse GT para pensar nessas propostas que nós fizemos.

Se aprovado, incluir no projeto, ou para decidir se sim, ou não.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Alguém tem alguma proposta? Tudo bem, pessoal? Então, fecha nessa proposta?

O SR. MURILO – Só uma questão: se houver mudanças, qual é o tempo que a gente está falando para a aprovação? Porque a nossa preocupação, como falou, já vem desde 2016 com essas conversas. Se a gente retroceder, a gente já aprovou esse PL em primeira votação. Está na cara do gol realmente, então não tem por que jogar para trás.

Então se tiver essa necessidade de mudanças, de qual novo prazo que a gente está falando?

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Nem vou falar do prazo da Secretaria. A discussão se dá depois nesse grupo. Mas, do mesmo jeito que teve um substitutivo da CCJ,

esse projeto não começaria do zero. Fechando ele, havendo um acordo do movimento e da Secretaria, é só pegar esse projeto e já colocar um novo substitutivo. Então ele já vai para a última votação.

O SR. MURILO – Obrigado.

O SR. MANTO - Quando tiver a discussão no plenário, a segunda votação; isso que ele falou, pode fazer lá. Recolhe assinaturas no plenário, protocola um substitutivo com o fruto dessa conversa entre Secretaria e movimento. Isso é bem tranquilo de fazer.

A SRA. INTI QUEIROZ – Porque também tem o seguinte: se for mudar, é bem pouca coisa. Acho que a gente deixou o texto bem enxuto. É aquilo, reiterando: os detalhes entram nos editais, não no PL.

O SR. MURILO – Mais uma coisa: essa reunião é daqui a 15 dias, então, já com Alê?

O SR. MAURÍCIO GARCIA – Eu não garanto com o Alê. Na verdade, não tem necessidade de que o Secretário participe, pelo menos nesse momento, mas está garantida a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Ok. E nós podemos deixar a Sra. Inti como porta-voz para marcar a data com você? Então, a Sra. Inti fica de marcar e, depois, vocês vejam um grupo representativo para ir lá com a Sra. Inti e conversar sobre essas questões. Tudo bem?

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.
Obrigado. (Palmas)